

EDITAL DE LEILÃO nº 01/2026

A Doutora **PATRICIA BENETTI CRAVO**, Juíza do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Rolândia/PR, FAZ SABER a todos quantos do presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento de que ficam intimadas as partes, procuradores e interessados de que foi designado o dia **17 de junho de 2026**, a ser realizado de forma ONLINE, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, pelo Leiloeiro do Juízo, **JORGE VITORIO ESPOLADOR**, já compromissado perante este juízo. O leilão será dividido em duas etapas, sendo que a **primeira etapa** será encerrada no dia **17 de junho de 2026, a partir das 10h00min**, podendo os bens serem vendidos somente pelo valor da avaliação e a **segunda etapa** do LEILÃO será encerrada no dia **17 de junho de 2026, a partir das 14h00min**, não podendo os bens serem vendidos pelo preço vil.

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, pelo Leiloeiro Oficial, dos bens penhorados nos processos que se relacionam abaixo:

01 - PROCESSO nº 0000718-60.2017.5.09.0669 - Rito Ordinário

EXEQUENTE: LUIZ CARLOS FRANCISCO DE SOUZA (CNPJ/MF SOB O Nº 749.250.599-04)

ADV. EXEQUENTE: MURILO DE CARVALHO ROSARIO OAB/PR 66.565

EXECUTADOS: ANDERSON RODRIGO ALVES PEREIRA (CNPJ/MF SOB O Nº 038.689.169-97), ANDERSON RODRIGO ALVES PEREIRA (CNPJ/MF SOB O Nº 21.666.972/0001-90), ANDERSON RODRIGO ALVES PEREIRA (CNPJ/MF SOB O Nº 49.464.941/0001-75), REGINA TEOBALDO (CNPJ/MF SOB O Nº 37.181.502/0001-76).

BEM PENHORADO: BEM 01: 01 (um) conjunto pórtico de talha manual para 3 toneladas com cerca de 4,5m de largura e 3,5m de altura - avaliado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); **BEM 02:** 01 (um) conjunto pórtico de talha manual para 1 tonelada com cerca de 3m largura e 2,7m de altura - avaliado em R\$ 3.000,00 (três mil reais); **BEM 03:** 01 (uma) forma para placa piso de 6m x 2,4m - avaliada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais); **BEM 04:** 05 (cinco) formas de ferro para vigas e pilares com cerca de 25cm x 30cm x 7m - avaliada cada uma em R\$ 3.000,00 (três mil reais); **BEM 05:** 01 (uma) betoneira de 450 litros - avaliada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais); **BEM 06:** 01 (um) compressor da marca Chiaperini 140lb - avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

AVALIAÇÃO TOTAL DOS BENS: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), conforme auto de penhora e avaliação de ID 2f7a282, realizado em data de 28 de fevereiro de 2026.

ÔNUS: Nada consta dos autos até a presente data. Despesas processuais.

DEPOSITÁRIO: ANDERSON RODRIGO ALVES PEREIRA (CNPJ/MF SOB O Nº 038689169-97).

ENDEREÇO: Rua Angelo Montovani, 401, Rolândia-PR.

CONDIÇÕES e REGRAS GERAIS DO LEILÃO, deste Edital: Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontrarem; nos imóveis à venda é "ad-corpus"; no ato da compra, o arrematante declara estar ciente e de acordo que os bens são vendidos no estado de conservação que se encontram; declara também,

irretratável e irrevogavelmente, ter vistoriado os bens, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções; em caso de dúvida não deverá comprar; as imagens no site e informes publicitários são de caráter secundário e efeito estritamente ilustrativo.

Faculta-se a formulação de proposta de parcelamento, sendo que o Juízo expressa desde já, o entendimento de que a forma de parcelamento prevista no art. 916 do CPC, pode ser apontada como critério de análise da proposta mais vantajosa, caso haja concorrência;

Outras propostas de parcelamento poderão ser apresentadas por escrito ao Juízo, observando os termos dos artigos 281 a 283 do Provimento Geral da Corregedoria Regional (TRT 9ª Região), que disciplina o pagamento parcelado de bens adquiridos em hasta pública, cujo teor encontra-se à disposição na página do Tribunal na internet (www.trt9.gov.br);

Caso não efetuado o pagamento das parcelas convencionadas, o arrematante perderá, a favor da execução, todos os depósitos efetuados, inclusive o sinal;

Os honorários do Leiloeiro, que serão de 5% do valor da arrematação, e despesas respectivas, serão suportados pelo arrematante; em caso de adjudicação, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga pelo(a) exequente.

Havendo pagamento da execução ou formalização de acordo, a(o) executada(o) arcará com as despesas do Leiloeiro.

Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso mediante comprovação do pagamento de todas as despesas processuais e recolhimento das contribuições previdenciárias, se houver.

Na hipótese de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a realização da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhora junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou DETRAN, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante.

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios, como embargos ou recursos, começará a fluir cinco dias após a data da realização da hasta pública, independentemente de intimação.

Negativo o leilão, fica desde já autorizado o leiloeiro nomeado a proceder diretamente a alienação dos bens, conforme autoriza o art. 888, § 3º, da CLT, pelo prazo de 60 dias, a qual dever ser formalizada mediante termo de alienação expedido pelo leiloeiro, com a assinatura do adquirente, a ser encaminhado aos autos, condicionada a formalização da venda à homologação do Juízo da execução.

As partes ficam cientes de que será adotado diretamente o procedimento que faculta o § 3º do art. 888 da CLT c/c os arts. 22 e 23 da Lei nº 6830/80, sendo aceito inclusive lance por meio eletrônico (on-line), bem como de que, a pedido ou ex officio, os bens constrictos poderão ser removidos para facilitar a realização do ato, hipótese em que o próprio Leiloeiro poderá assumir o ônus de ser depositário.

Ficam as partes envolvidas cientes de que será observado os termos do art. 110, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho - CGJT, de 19-12-2019, cuja transcrição segue:

"Art. 110. Ao determinar a alienação de bem, deverá o magistrado fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do art. 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, através de leilão judicial ou iniciativa particular, estejam ou não inscritos na dívida_ativa.

Parágrafo único. Ficarão subrogados no bem arrematado os débitos de natureza não tributária que constarem expressamente do edital".

Restando, por quaisquer motivos, inviabilizada a intimação das partes, procuradores, credores hipotecários e fiduciários, usufrutuários e condôminos, se existentes, não tenham sido encontrados por ocasião da expedição das respectivas intimações, serão considerados intimados a partir da publicação do presente edital, situação em que o presente edital convalidará o ato.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e observando-se o prazo previsto no artigo 888, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, expede-se o presente edital, a fim de que seja publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e afixado no lugar de costume no átrio desta 1ª Vara do Trabalho de Rolândia-PR.

Eu, _____ Walmir Fabiano, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi o presente edital, observando-se o prazo previsto no art. 888, caput, da CLT.

Rolândia, 14 de Maio de 2026.

PATRICIA BENETTI CRAVO
Juíza do Trabalho